FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 12 3941 4262
Fax: + 55 12 3941 4255
www.bdobrazilrcs.com.br
Av. São João, 2375
Jardim Colinas, São José dos Campos
SP – Brasil | CEP: 12242-000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Fundação Valeparaibana de Ensino
São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos, (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por nós, cujo parecer datado de 22 de abril de 2021, não continha modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como, parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 27 de abril de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP-027006/O-4 F

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		594	894
Caixa restrito	3	825	660
Títulos e valores mobiliários	4	15.016	15.925
Contas a receber de alunos	5	12.840	11.881
Outras contas a receber	5.1	7.191	7.897
Estoques		63	76
Ativos classificados como mantidos p/ venda	6	4.173	4.173
Total ativo circulante		40.702	41.506
Não circulante			
Caixa restrito	3	136	132
Contas a receber de alunos	5	9.260	7.464
Propriedades para investimentos	7	10.827	10.928
Ativo imobilizado	8	157.569	159.798
Total do ativo não circulante		177.792	178.322
Total do ativo		218.494	219.828

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		1.169	2.551
Empréstimos e financiamentos	9	208	603
Salários e contribuições sociais	10	6.881	7.008
Recursos destinados à inovação tecnológica	11	1.026	813
Matrículas recebidas antecipadamente		3.066	2.294
Receita a apropriar		150	150
Processos judiciais trabalhistas à pagar		-	195
Outras contas a pagar		988	959
Total passivo circulante		13.488	14.573
Não circulante			
Emprestimos e financiamentos	9	4.792	4.721
Subvenção	12	7.687	8.208
Provisão para riscos processuais	13	282	188
Outras contas a pagar		944	1.017
Receita a apropriar		75	225
Total do passivo não circulante		13.780	14.359
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		102.753	102.061
Reserva de reavaliação		87.739	88.143
Superávit/(Déficit) acumulado		734	692
		191.226	190.896
Total do passivo e do patrimônio líquido		218.494	219.828

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Anuidades de educação superior e básica	15	73.547	77.013
Receita operacional líquida		73.547	77.013
Custo dos serviços prestados	16	(60.914)	(61.793)
Resultado bruto		12.633	15.220
Receitas/(Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	17	(14.523)	(14.380)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	17	(1.434)	(1.072)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	17	(3.222)	(3.321)
Outras despesas	17	(11.002)	(10.341)
Outras receitas	18	14.914	11.928
Déficit antes do resultado financeiro		(2.634)	(1.966)
Resultado financeiro líquido	19	2.964	2.254
Superávit líquido do exercício		330	288

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit líquido do exercício	330	288
Superávit líquido do exercício	404	404
Resultado abrangente do período	734	692

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	98.317	88.547	3.742	190.606
Destinação do deficit do ano anterior ao patrimônio social	3.742	-	(3.742)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(404)	404	-
Ajuste exercicio anterior	2	-	-	2
Superávit líquido do exercício	-	-	288	288
Saldos em 31 de dezembro de 2020	102.061	88.143	692	190.896
Destinação do superavit do ano anterior ao patrimônio social	692	-	(692)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(404)	404	-
Superávit líquido do exercício	-	-	330	330
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.753	87.739	734	191.226

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit líquido do exercício		330	288
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação de bens do ativo e propriedades para investimentos		3.222	3.321
Perda/(reversão) em créditos de liquidação duvidosa	17	1.434	1.072
Perda na alienação de ativo imobilizado	8	3	7
Provisão para contingências		51	18
Atualização monetária de depósitos judiciais		(14)	-
Ajuste a valor presente das contas a receber de alunos		(416)	105
Juros sobre empréstimos e financiamentos		432	224
		5.042	5.035
(Aumento)/redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber de alunos		(3.773)	(7.722)
Demais contas a receber		706	(1.793)
Estoques (almoxarifado)		13	(38)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.382)	1.416
Salários e contribuições sociais		(127)	(548)
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica		213	100
Matriculas antecipadas		772	352
Receita a apropriar		(150)	(150)
Processos judiciais trabalhistas à pagar		(195)	119
Outras Contas a pagar		(45)	(159)
Subvenção diferida		(521)	(462)
Provisão para contingências		58	(466)
Caixa líquido das atividades operacionais		611	(4.316)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Compras de imobilizado	8	(895)	(1.106)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(895)	(1.106)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		5.000	5.000
Pagamento de empréstimos		(5.756)	(1.472)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(756)	3.528
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.040)	(1.894)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3 / 4	17.611	19.505
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3 / 4	16.571	17.611
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(1.040)	(1.894)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e voltada à Assistência Social na área da Educação, declarada de utilidade pública, nos âmbitos: Federal (Portaria nº 1.090/2000), Estadual (Lei nº 1.702/78) e Municipal (Lei nº 1.420/67); com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, está em pleno e regular funcionamento desde sua instituição em 24 de agosto de 1963, no cumprimento de suas finalidades; é imune de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços, nos termos da alínea "c" do inciso VI do art. 150, da Constituição Federal do Brasil, e atende às exigências legais para usufruir da imunidade tributária, em consonância com o Código Tributário Nacional e também de isenções fiscais.

A Fundação possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS na área da educação, com vigência de 27 de maio de 2020 a 26 de maio de 2023, nos termos da Portaria nº 523, de 10/03/2022, publicada no Diário Oficial da União de 11/03/2022, objeto do Processo nº 23000.026889/2019-79.

Nos termos estatutários, as demonstrações contábeis são submetidas à análise e parecer do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, para posterior deliberação do Conselho Curador e, sendo aprovada, é remetida ao Ministério Público do Estado de São Paulo - Curadoria de Fundações.

Práticas ambientais, sociais e de governança

Pensar e atuar de maneira sustentável é um valor que praticamos em todos os níveis de ensino, juntamente com nossos colaboradores. Nossas ações ambientais estão focadas na educação ambiental, pois acreditamos que a mudança no comportamento tem o poder de transformação na trajetória de um mundo sustentável.

Todos os resíduos gerados pela FVE são segregados e destinados de acordo com a sua natureza, tendo sempre a reciclagem como primordial.

O respeito ao Meio Ambiente é um dos princípios da FVE, sendo parte de nosso compromisso a construção de um futuro sustentável. Nesse sentido, vale ressaltar que a instituição possui mais de 1.533.611,00m² entre áreas de recuperação e preservação.

Impactos decorrentes da pandemia do COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

No exercício de 2021 com a flexibilização da quarentena proveniente do avanço da vacinação em todo o País, a instituição vem retornando com as atividades presenciais para todos os colaboradores. Vale destacar que, desde o início da pandemia, a instituição manteve suas operações ativas com a prestação de serviços educacionais através de plataforma virtual e de forma híbrida, obtendo um nível de adesão e comprometimento dos alunos.

O ano letivo de 2021 foi um dos mais desafiadores para a instituição pois os efeitos originados pelo Covid-19 afetaram na redução de alunos sendo na ordem de 11% na educação superior e 1,2% na educação básica.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Reclassificação de rubricas da Demonstração dos Fluxos de caixa

A administração revisitou as rubricas da Demonstração dos Fluxos de Caixa e ajustou as rubricas para melhor apresentação. As rubricas "Rendimento de aplicação financeira", "Aplicação de numerários restritos" e "Resgate de títulos e valores mobiliários", apresentadas em 2020, foram excluídas e os saldos adicionados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa". A reclassificação foi realizada por atender o conceito de caixa e equivalentes de caixa.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 26 de abril de 2022.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07, aprovada pela Resolução nº 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021(CEBAS).

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda oficial do país e funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra maneira, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.1.3 Demonstrações dos Fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – Fluxos de caixa.

2.1.4 Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até 90 dias ou menos a partir da data de sua aplicação e com risco insignificante de mudança de valor.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Este cálculo, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.3. Caixa restrito

Incluem numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (nota 3), oriundos de plano de aplicação definidos em comum acordo com agências de fomento e, portanto, não podem ser utilizados nas operações da Fundação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em fundos de investimento com prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e/ou mantidas até o vencimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "*pro rata temporis*", são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de *rating.*

2.5. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
Ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra ou venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no superávit (déficit) do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de alunos e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no superávit (déficit) do exercício. A Fundação não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de alunos correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços educacionais. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A partir de 2016 a instituição concedeu ao aluno um produto de parcelamento privado denominado " Programa de Crédito Educativo Institucional – PROCRED", com o propósito de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES, PROUNI e bolsas institucionais. O produto tem como objetivo financiar o percentual limitado a 40% do valor das mensalidades.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Fundação registrou ajustes a valor presente em sua carteira de benefício de pagamento futuro nas parcelas vincendas.

2.7. Estoques

Compreendem substancialmente itens de almoxarifado e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição.

2.8. Propriedades para investimento

Registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada foram reclassificados da rubrica imobilizados, conforme estratégia de investimento da Fundação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, avaliados em laudo técnico. A Fundação revisa o valor contábil de seus bens para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no passivo não circulante.

2.10. Ativo imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou ao custo reavaliado. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações onde estão localizados os campi da Fundação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando necessário.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação de seus resultados com o valor contábil e são reconhecidos em " Outras receitas / Outras despesas" no superávit (déficit) do exercício.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) quando incorridos.

A Fundação reavaliou parte de seus bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações, móveis e utensílios, veículos e equipamentos técnicos), de acordo com laudo de avaliação emitido por peritos independentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2004. O ajuste de reavaliação à época, de R$ 95.179 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, tendo como contrapartida as respectivas contas do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Fundação revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o valor recuperável individual de um ativo, a Fundação calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no superávit (déficit) do exercício.

2.12. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Matrículas recebidas antecipadamente

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno referente às matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com o termo do contrato.

2.14. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no superávit (déficit) do exercício durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação.

A provisão para riscos trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.16. Patrimônio líquido

O patrimônio social é formado pelo superávit ou déficit acumulados, acrescido da parcela remanescente da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e acervo social originado de outros bens recebidos em doações.

2.17. Subvenção Governamental

A Fundação recebe subvenção governamental da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela FINEP são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como “Recursos destinados à inovação tecnológica” para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante, a qual será reconhecido no resultado junto com as despesas de depreciação e ou amortização do ativo imobilizado e ou intangível, para o qual o subsídio foi concedido.

2.18. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços. A Fundação reconhece a receita quando: (i) seu valor puder ser mensurado com segurança, (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação: e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades, conforme descrição a seguir. A Fundação baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o perfil dos alunos, tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

2.20. Receitas de prestação de serviços educacionais

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos concedidos.

As receitas de prestação de serviços educacionais da Educação Superior e Educação Básica são fixadas nos termos da Lei nº 9.870/99-Decreto nº 3.274/99, e são reconhecidas mensalmente, quando tais serviços são prestados.

2.21. Outras receitas

Correspondem substancialmente a receitas de cessão de espaço físico da Fundação a taxas apropriadas ao superávit (déficit) do exercício à medida que são auferidas, bem como receita de convênios destinados à pesquisa científica e à inovação tecnológica mantida com entidades financiadores de pesquisas e apropriadas ao superávit (déficit) do exercício em que os serviços são prestados.

2.22. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber por mensalidades em atrasos e renegociadas. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um ativo financeiro, a Fundação reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado de acordo com a taxa contratual, descontado à taxa livre de risco de mercado.

2.23. Ações assistenciais na área de Educação

Os custos e gastos dos Programas de Assistência Social, inseridos nas ações e medidas assistenciais na área da Educação, conforme o Plano de Atendimento 2020/2023 (sem computar o Programa de Bolsas de Estudo a Fundo Perdido e que se encontra detalhado na nota explicativa nº 20), são registrados em conta específica na demonstração do superávit (déficit) do exercício, quando incorridos.

2.24. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Entidade que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	82	44
Conta corrente	256	335
Certificados de depósitos bancários	256	515
Caixa e equivalentes de caixa	594	894
Caixa restrito ativo circulante	825	660
Caixa restrito ativo não circulante	136	132
Total do caixa restrito	961	792

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registrada no valor de R$ 594 em 2021 (R$ 894 em 2020), corresponde as disponibilidades em espécie, contas correntes bancárias e aplicações em CDB, depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em CDBs são atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remunerados às taxas que se aproximam de 100% desse Indexador; representa os numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica, mediante plano de aplicação específico e, portanto, não podem ser utilizados nas operações de ensino e Administração da Fundação.

A composição desses numerários restritos é assim demonstrada:

	2021	2020
Numerários em conta corrente	31	25
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	128	128
Títulos e valores mobiliários – Fundos de Investimentos	802	639
	961	792
Circulante	825	660
Não circulante	136	132
	961	792

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados líquidos do caixa restrito, conforme segue:

	2021	2020
Disponibilidades	753	1.047
Caixa e equivalente de caixa – caixa restrito	(159)	(153)
Caixa e equivalente de caixa – balanço patrimonial	594	894

4. Títulos e valores mobiliários

A Rubrica "Títulos e valores mobiliários" registrada no valor de R$ 15.016 em 2021 (R$15.925 em 2020), corresponde as aplicações em fundos de investimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "*pro rata temporis*", são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de *rating.* A taxa média de rendimentos dos títulos e valores mobiliários no exercício de 2021 foi de aproximadamente 4,42 % (aproximadamente 4,06% em 2020).

5. Contas a receber de alunos

	2021	2020
Anuidades a receber	13.430	12.975
Acordos anuidades a receber	18.176	16.231
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.510)	(9.868)
Total líquido	22.096	19.338
Benefício de pagamento futuro	32	65
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28)	(58)
Total líquido	4	7
Total	22.100	19.345
Circulante	12.840	11.881
Não circulante	9.260	7.464

A Administração mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com a Instituição, oferecem meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido.

A composição das contas a receber de alunos por idade de vencimento é a seguinte:

	2021	2020
A vencer		
Até 90 dias	5.595	3.815
De 91 a 365 dias	4.711	3.742
De 366 a 730 dias	5.459	3.997
De 731 a 1.095 dias	3.708	2.935
Acima de 1096 dias	1.715	1.985
Total	21.188	16.474
Vencidos		
Até 30 dias	1.376	2.546
De 31 a 60 dias	917	947
De 61 a 90 dias	755	935
De 91 a 120 dias	914	921
De 121 a 150 dias	582	578
Acima de 150 dias	5.906	6.870
Total	10.450	12.797
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(9.538)	(9.926)
Total	22.100	19.345

A Rubrica “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” foi constituída por parcelas vencidas acima de 90 dias, cujos valores provisionados seguem o critério da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021e Decreto nº 8.242/2014 em que, para fins de certificação de Entidade Beneficente, se considera no cálculo alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, com exceção das mensalidades em cobrança jurídica com probabilidade de recebimento subsequente provável, de acordo com o histórico de anos anteriores.

A Instituição adotou como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de 2 (dois) anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

Para alunos que participam ou participaram do programa FIES, a Fundação constitui provisão para cobrir possíveis riscos de inadimplência dos participantes com o programa para a parte não coberta pelo fundo FGEDUC. O montante provisionado no passivo não circulante em 2021 é de R$ 921 (R$1.015 em 2020).

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante pode ser utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2021 referem-se às parcelas dos alunos rematriculados no FIES pendentes de repasse pelo Governo Federal, compostas basicamente pelas mensalidades em dezembro, com recebimento previsto para os meses de janeiro a março de 2022.

A movimentação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2021	2020
Saldos iniciais	9.926	11.732
Adição	1.434	1.072
Baixas de valores incobráveis	(1.822)	(2.878)
Saldos finais	9.538	9.926

A constituição e a baixa da provisão das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são registradas no superávit / (déficit) do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Esses valores são calculados levando em conta sua distribuição por período de vencimento e o histórico de realização do recebimento face ao esforço despendido nas diversas ações de cobrança junto aos inadimplentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação recebeu antecipadamente o montante de R$ 3.066 (R$ 2.294 em 31 de dezembro de 2020), referente a matrículas.

5.1. Outras contas a receber

	2021	2020
Pis 1% s/folha pagto Proc.5000465-64.2016.4.03.6103	5.573	5.338
Outras contas a receber	1.618	2.559
	7.191	7.897

6. Ativos classificados como mantidos para venda

	2021	2020
Terrenos	299	299
Edificações	3.874	3.874
	4.173	4.173

A rubrica "Ativos classificados como mantidos para venda" no valor de R$ 4.173 em 2021 refere-se ao imóvel de propriedade da Fundação localizado na cidade de Caçapava, disponibilizado para venda e com negociação em andamento.

7. Propriedades para investimentos

	2021	2020
Terrenos	6.974	6.974
Edificações	6.015	6.015
(-) Depreciação edificações	(2.162)	(2.061)
	10.827	10.928

A Rubrica "Propriedades para investimentos" no valor de R$ 10.827 em 2021 (R$ 10.928 em 2020) refere-se ao imóvel de propriedade da Fundação localizado na cidade de Campos do Jordão e está atualmente alugado.

A propriedade para investimento é divulgada pelo método do custo e depreciada a uma taxa de 2% ao ano.

8. Imobilizado

a) Composição

	Média da Vida útil Em anos	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Terrenos		58.927	-	58.927	58.927
Edificações e benfeitorias	90	130.498	(46.661)	83.837	84.653
Equipamentos e instalações	14	28.996	(23.480)	5.516	6.156
Informática	8	10.388	(9.054)	1.334	1.389
Biblioteca	10	3.659	(3.176)	483	542
Veículos	8	2.746	(2.575)	171	254
Móveis e utensílios	16	13.327	(11.203)	2.124	2.377
Obras em andamento		5.177	-	5.177	5.500
		253.718	(96.149)	157.569	159.798

b) Movimentação

	2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2021
Terrenos	58.927	-	-	-	-	58.927
Edificações e benfeitorias	84.653	-	-	(1.239)	423	
Equipamentos e instalações	6.156	129	(2)	(765)	-	5.518
Informática	1.389	513	-	(569)	-	1.333
Biblioteca	542	85	-	(144)	-	483
Veículos	254	-	-	(83)	-	171
Móveis e utensílios	2.377	70	(1)	(321)	-	2.125
Obras em andamento	5.500	98	-	-	(423	5.175
	159.798	895	(3)	(3.121)	-	157.569

No exercício de 2021 a depreciação dos bens reavaliados foi de R$ 404 (R$ 404 em 2020), em consequência, o mesmo montante foi transferido da reserva de reavaliação para déficit acumulado.

Máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que a Fundação é a arrendatária em operação de arrendamento financeiro:

	2021	2020
Custo – arrendamentos financeiros capitalizados	2.420	2.422
Depreciação acumulada	(2.384)	(2.353
Saldo contábil, líquido	36	69

9. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média de juros e Comissões - % ao ano	2021	2020
Cédula de crédito bancário	100% do CDI + 4,42%	5.000	5.324
Circulante		208	603
Não circulante		4.792	4.721
Total		5.000	5.324

A Cédula de crédito bancário tem como garantia a aplicação financeira restrita no Banco e os recebíveis. Os contratos acimas não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) financeiras.

As parcelas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Valor
2022	208
2023	1.250
2024	1.354
2025	1.250
2026	938
	5.000

10. Salários e contribuições sociais

	2021	2020
Salários	2.228	2.212
Provisão de férias	2.153	2.370
FGTS sobre folha de pagamento	510	509
INSS sobre folha de pagamento	367	334
IRRF sobre folha de pagamento	1.405	1.404
Consignação	144	136
Pensão alimentícia	10	14
Bolsa auxílio estagiários	22	4
Outros encargos	42	25
Total	6.881	7.008

11. Recursos destinados à inovação tecnológica

	2021	2020
Petrobrás (i)	600	491
Outros projetos (ii)	426	322
Total	1.026	813

Correspondem, substancialmente, aos convênios realizados entre:

(i) Petrobras Sigitec II e a Fundação, para desenvolver o projeto P&D intitulado " Novas rotas de preparo de catalisadores para hidrotratamento de diesel ", assinado em 28.05.2019, vigência de 1095 dias, até 25.05.2022.

(ii) - Finep e a Fundação "INFRA –PROINFRA", projeto intitulado "REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ANALITICA MULTIUSUARIO DA POS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UNIVAP" assinado em 16.05.2018. Vigência de 36 meses a partir da data da assinatura; até 16.05.2021, o qual foi prorrogado para 15.07.2022.

- PROJETO GAEMA / NVP - MP- SP- PROCESSO: 0005370-08-2017-8-26-034, Univap e INPE, Objeto: Mapeamento das intervenções provocadas pela exploração minerária e expansão urbana na várzea do rio Paraíba do Sul – SP, assinado em 12/03/2021. Vigência 12/04/2022 da 1º fase.

Em julho de 2003, a Fundação foi contratada pela São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS para desenvolvimento, projeto, implantação e certificação dos seguintes itens: sistema de guiagem magnética do Sistema VLP - veículo leve sobre pneus e 15 protótipos, sistema inteligente de gestão de terminais e paradas, sistema de monitoramento automático da frota e suporte tecnológico à operação dos sistemas anteriormente descritos pelo prazo de doze meses após a entrega de cada sistema, no valor inicial de R$19.206.

A viabilização dos projetos é efetuada pela transferência dos recursos à Fundação, objetivando a execução dos projetos e/ou planos de trabalho aprovados pelos referidos órgãos, sendo o depósito efetuado em conta bancária específica de titularidade da Fundação. Os recursos recebidos relacionados a esses convênios são registrados no passivo circulante para fazer face aos gastos incorridos, que são registrados em contrapartida dessa conta quando incorridos, mediante a apresentação de relatórios às entidades provedoras dos recursos.

Eventual sobra de recursos é devolvida às entidades provedoras. Ao final dos projetos, quando aplicável, os itens de imobilizado adquiridos ou construídos durante sua execução são doados à Fundação. A Fundação recebe subvenção governamental da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela FINEP são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como "Recursos destinados à inovação tecnológica" para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante.

12. Subvenções

As verbas de subvenções recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na "Seção 24 do CPC PME (R1) (Subvenção Governamental) ". O valor da depreciação não realizada em 2021 corresponde saldo de Subvenções diferidas no valor de R$ 7.687 (em 2020 R$ 8.208), conforme quadro a seguir:

	2021	2020
FINEP – Expansão Parque Tecnológico	3.535	3.552
FINEP – Infraestrutura de Pesquisa para Latu e Stricto Sensu	2.680	3.027
Outros – Engep/Tamoios	1.472	1.629
Total	7.687	8.20

13. Provisão para riscos processuais

Todos os processos em que a Fundação está envolvida são amparados por depósitos judiciais, quando exigíveis. As provisões para perdas prováveis com processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na opinião de seus consultores jurídicos.

A Fundação apresenta passivos relacionados com riscos trabalhistas, sendo a movimentação de provisão demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Pagto	Reversão	2021
Provisão	560	51	(9)	-	602
Depósitos Judiciais	(372)	(14)	66	-	(320)
	188	37	57	-	282

(a) Perdas possíveis

Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2021	2020
Tributárias	4.165	4.165
Cível	10	-
Trabalhistas	2.631	2.145
	6.806	6.310

"A FVE ajuizou ação em face da União Federal em 04 de novembro de 2016 objetivando a declaração de inexistência de obrigação tributária, com a suspensão de exigibilidade da contribuição para o PIS sobre a folha de salários, por gozar de imunidade tributária e ser entidade regularmente certificada como entidade beneficente de assistência social na área da educação, na forma legal, tendo requerido a restituição dos valores pagos nos últimos cinco anos. Em sentença proferida nos autos do referido processo, em 21 de setembro de 2018, foi julgada procedente a ação, restando declarada a inexistência de relação jurídica tributária que obrigue a parte autora ao recolhimento do PIS sobre a folha de salários, bem como foi determinada a restituição, pelo Fisco, dos valores pagos indevidamente, a partir de 04 de novembro de 2016, corrigidos pela taxa SELIC. Em face dos dispositivos legais aplicáveis, o Juiz determinou o "reexame necessário" da sentença, que foi confirmada pelo E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pelo Acórdão ID 106107603, assinado em 11 de novembro de 2019, com trânsito em julgado certificado em 10 de dezembro de 2019. A Fundação requereu ao Juízo o Cumprimento da Sentença, em face da Fazenda Nacional/União Federal, em 13 de maio de 2020, no valor de R$5.343 em 05/2020, capitalizada de forma composta de acordo com o Banco Central do Brasil. A União Federal impugnou os cálculos, alegando excesso de execução. O Juízo determinou a remessa dos autos ao Contador Judicial, que apurou ser correto o valor de R$4.892, em 05/2020, corrigido pela SELIC capitalizada de forma simples, tendo como fundamento o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. Os cálculos foram homologados no referido valor (R$4.892, em 05/2020; atualizado em 31/12/2021: R$5.573). Aguarda-se novos trâmites."

14. Patrimônio líquido

O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica “Patrimônio social” e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte.

O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A realização da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado.

Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou nem realiza operações com partes relacionadas.

15. Receita líquida de serviços prestados

	2021	2020
Anuidades de educação		
Ensino superior	78.511	82.650
Ensino básico	29.780	28.729
Bolsa de estudo Prouni	(12.955)	13.148)
Bolsa de estudo institucional superior	(2.180)	(3.099)
Bolsa de estudo institucional básico	(5.256)	(6.668)
Descontos concedidos superior	(10.313)	(8.044)
Descontos concedidos básico	(3.862)	(3.199)
Cancelamentos superior	(132)	(177)
Cancelamentos básico	(46)	(31)
	73.547	77.013

16. Custos de serviços prestados

	2021	2020
Salários	(46.934)	(47.280)
Encargos	(4.814)	(5.199)
Benefícios	(9.166)	(9.314)
Total	(60.914)	(61.793)

No ano letivo de 2021, a instituição acordou com sindicato de categoria o dissídio para seus colaboradores, onde para a Educação Básica foi aplicada de forma fracionada o percentual de 3,15% em abril + 1,57% a partir de setembro, e um abono na ordem 6% em setembro. Para o Ensino Superior incorreu o pagamento de um abono correspondente a 50% do salário base, contudo mesmo com estes custos adicionais houve uma redução em torno de 2,7% dos custos de folha com a reestruturação realizada em 2020.

17. Despesas comerciais, gerais e administrativas

	2021	2020
Pessoal e encargos sociais	(14.523)	(14.380)
Serviços de terceiros	(2.524)	(2.077)
Comercial publicidade e propaganda	(956)	(694)
Material didático	(1.000)	(928)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.090)	(1.311)
Manutenção e conservação	(1.422)	(872)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.311)	(3.240)
Contribuições e associações	(574)	(470)
Aluguéis de equipamentos	(357)	(317)
Provisão trabalhista	(51)	(18)
Material de uso e consumo	(717)	(414)
Depreciação e amortização	(3.222)	(3.321)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.434)	(1.072)
Tota	(30.181)	(29.114)

18. Outras receitas operacionais

	2021	2020
Prestação de serviços	1.307	633
Pis 1% s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.3.6103	235	144
Taxa de material e administrativa	3.747	3.297
Contribuições fundo de pesquisa	5.401	4.222
Ressarcimento de despesas	3.406	2.666
Doações e contribuições	175	316
Outras receitas	643	650
Total	14.914	11.928

19. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	777	267
Juros e multas de anuidades em atraso	3.468	2.585
Atualização monetária	(416)	91
	3.829	2.943
Despesas financeiras		
Juros e multas	(436)	(210)
Descontos concedidos	(38)	(74)
Outras despesas financeiras	(391)	(405)
	(865)	(689)
Resultado financeiro líquido	2.964	2.254

20. Gratuidades: ações e medidas assistenciais na área de educação

O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2021 e 2020 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:

Educação Superior COM PROUNI	31/12/2021	31/12/2020
Total de alunos matriculados (a)	3.736	4.197
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	79	138
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005-PROUNI)	409	479
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	-	-
Número total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	488	617
Outras bolsas integrais (c)	156	186
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação especifica regulares (d)	362	423
Alunos inadimplentes (e)	72	61
Alunos Pagantes: (a) – (b) – (c) – (d) – (e)	2.658	2.910
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	58	79
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	358	396
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	-	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	416(/2=208)	475(/2=237)
Outras bolsas parciais	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 20 e 21, da LC 187/2021		
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação sup. COM PROUNI – 1/5)	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-

Educação Básica	31/12/2021	31/12/2020
Total de alunos matriculados (a)	2.284	2.312
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	175	243
Alunos com bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	-	-
Alunos c/ bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	136(x1.4=190)	197 (x1.4=276)
Número total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	311(365)	440(519)
Outras bolsas integrais (c)	179	181
Alunos inadimplentes (e)	10	140
Alunos Pagantes: (a) – (b) – (c) – (d) – (e)	1.784	1.551
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	155	186
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	155(/2=78)	186(/2=93)
Outras bolsas parciais	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	3	10
Verificação do atendimento aos artigos 20 e 21, da LC 187/2021		
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação sup. COM PROUNI – 1/5)	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-

Demonstração das aplicações

(a) Receita

	2021	2020
Anuidades		
Anuidades (educação superior e educação básica)	73.547	77.013
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.434)	(1.072)
	72.113	75.941
(i) Aplicação em gratuidades: bolsas de estudo	20.391	22.915
(ii) Aplicação em gratuidades: ações assistênciais	46	127
	20.437	23.042

(b) Receita (com gratuidades e sem gratuidades NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucros)

	2021	2020
Receitas		
Anuidades (Educação superior e educação básica)	73.547	77.013
Outras receitas	14.914	11.928
Receitas financeiras, líquidas	2.964	2.254
	91.425	91.195

(c) Demonstrativo da isenção das contribuições sociais

	2021	2020
Aplicação em gratuidades: medidas e ações assistenciais	56.711	58.535
Quota patronal – 20%	11.342	11.707
RAT - 1%	567	585
Terceiros – 4,5%	2.552	2.634
Contribuinte individual	141	135
Contribuições sociais usufruídas	14.602	15.061

(d) PROUNI e FIES

A Fundação, em observância à Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do termo de adesão de 2 de dezembro de 2004, e vem renovando, semestralmente, sua adesão, mantendo-se ativa no referido programa até a presente data, cumprindo a legislação pertinente. Em 2009 a Fundação aderiu ao FIES/MEC, estando igualmente cumprindo os respectivos dispositivos legais.

21. Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 69 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

	2021	2020
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais superior	63.376	66.403
Receitas de mensalidades com gratuidades – Bolsas	15.136	16.247
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni – Integrais 100%	(9.024)	(9.484)
Bolsas de estudos Prouni – Parciais 50	(3.932)	(3.664)
Bolsas de estudos Institucionais – Integrais 100%	(1.636)	(2.435)
Bolsas de estudos Institucionais – Parciais 50%	(545)	(664)
Outras bolsas de estudo	(4.042)	(4.474)
Devoluções e cancelamentos	(132)	(175)
Descontos concedidos	(10.313)	(8.044)
(=) receitas líquidas de mensalidades/anuidades educacionais	48.888	53.710
Custos/Despesas com pessoal Docente	33.968	36.120
Percentual de adequação	69%	67%

Trabalho voluntário

A Instituição no desenvolvimento de suas atividades recebe prestação de serviços oferecidos por Pessoas Físicas (pró-bono).

Em atendimento à Resolução nº 1.409/12 a Instituição avalia os valores envolvidos e conclui que não são relevantes, motivo pelo qual não demonstra os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários realizados e recebidos.

22. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação gerencia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxas de juros

É oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Fundação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Complementarmente, a Fundação faz opção por produtos financeiros de perfil conservador de forma a evitar riscos de flutuações que possam pôr em risco seus Ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos em aberto. A Fundação avalia a qualidade do crédito das contas a receber, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores nos limites previstos na legislação.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Fundação que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Fundação investe o saldo de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nesse campo de operações, por princípio, a Fundação faz opção conservadora na escolha de produtos e agentes financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Fundação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa "Não Descontados contratados".

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2021:		
Financiamentos (nota 9)	208	4.792
Fornecedores	1.169	-
Recursos destinados à Inovação Tecnológica	1.026	-
Matrículas recebidas antecipadamente	3.066	-
Em 31 de dezembro de 2020		
Financiamentos (nota 9)	603	4.721
Fornecedores	2.551	-
Recursos destinados à Inovação Tecnológica	813	-
Matrículas recebidas antecipadamente	2.294	-

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Fundação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram escopo de auditoria pelos nossos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Fundação.